



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

CARTA CONVITE

CONVITE Nº 001/2015
PROC. LIC. Nº 001-2015/CV01

O Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins - TO, inscrita no CNPJ nº -14.837.176/0001-07, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pelo Decreto nº 063/2014-GABPREF, de 02 de junho de 2014, convida interessados para participarem da Licitação na Modalidade "Convite", do tipo Menor Preço, mediante a apresentação de proposta cuja data e horário, será 14h00min do dia 09/01/2015 na sala da Comissão de Licitações, situada na Rua Sabino da Silveira, s/n, Centro – Aliança do Tocantins - TO, Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins, nesta cidade de Aliança do Tocantins – TO, conforme objeto deste convite.

I - FUNDAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e, ainda, pelas demais exigências deste Convite e seus anexos.

II – OBJETO

- Serviços técnicos especializados na área contábil:
- Escrituração Contábil Pública Municipal de acordo com as legislações vigentes;
 - Apuração de balancetes mensais de Janeiro a dezembro de 2015;
 - Elaboração das prestações de contas do ordenador do exercício de 2015;
 - Elaborar os Relatórios de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - Remessa das informações inerentes ao departamento contábil através do SICAP – Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 - Elaboração de declaração anual de rendimentos e documentos correlatos bem como a remessa de informações à Secretaria do Tesouro Nacional através do SISTN.



2.1 O Período de execução total dos serviços objetos desta licitação é de 12 (doze) meses contados a partir da vigência prevista na assinatura do contrato pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

2.2 – Combustível hospedagem e alimentação correrão por conta da CONTRATANTE.

São partes integrantes do Convite:

2.3 - São anexos integrantes do presente Convite: Anexo I - Minuta do Contrato de Serviços; Anexo II – Proposta de preço.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão apresentar-se à licitação empresas convidadas por meio de Convite expedido pela CPL, bem como aquelas que, embora não convidadas, manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) da data marcada para a entrega dos envelopes.

3.2 A participação no certame de profissionais ou empresa não convidados ficará, na forma prevista no item anterior, condicionada à apresentação do Certificado de Registro Cadastral, pertinente ao objeto da licitação, expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

3.3 – Poderão participar da presente licitação empresas que tenha profissional devidamente inscrito no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

IV - DA HABILITAÇÃO

4.1 A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado de forma indevassável cuja composição externa e impressa do envelope deverá conter:

ENVELOPE Nº. 01
Fundo Municipal de Asssitência Social de Aliança do Tocantins
NOME DA LICITANTE E Nº. CNPJ ou CPF
“ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001-2015/CV01
CARTA CONVITE nº. 001/ 2015
Abertura 09 de Janeiro de 2015 às 14h00min

P. M. ALIANÇA - TO
Fls. N.º 09

4.1.1 – Pessoa Jurídica



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

4.2 - A documentação correspondente às alíneas deste subitem deverá ser apresentada na forma original, acompanhada por cópias simples autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

- a) Cópia do Contrato Social atualizado e respectivas alterações;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação - CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor;
- e) Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade,
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista,
- g) Carteira de Registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Obs.: O Certificado de Registro Cadastral emitido por entidade ou Órgão da Administração Pública substitui os Documentos da LETRA (A à G), desde que nele constem os prazos de validade em vigor.

- h) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (Art. 43, § 1º, da LC nº 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, salvo motivo justificado expresso, o prazo em referência deverá ser prorrogado por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- i) A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da nota de empenho, ou revogar a licitação (Art. 43, § 2º, da LC nº 123/2007)

4.3 Ainda que obrigatória à apresentação dos documentos exigidos no subitem 4.1 e suas alíneas, estarão os mesmos, quando possível, sujeitos à conferência via Internet, se possível, suas autenticidades/validades comprovadas, mediante consulta ao “site” do órgão emissor.





ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

4.4 A aceitação de documentação por cópia simples, estará a todo o momento, condicionada à apresentação do original por ocasião da formalização da Contratação, para fins de conferência e autenticação.

4.5 A apresentação desconforme, inadequada, incompleta, vencida e sem meios para confrontar com o original, não autenticados, em sua totalidade e parcialmente, acarretará a inabilitação do licitante e o impedimento natural para que este avance para a etapa de avaliação da proposta.

4.6 Na hipótese de desclassificação de concorrentes por inadequação da documentação, a proposta de preço não será aberta, contudo integrará o processo licitatório.

V – PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – As propostas de preços deverão ser apresentada em 01 (um) via impressa em papel tamanho ofício ou A-4, timbrado ou informatizado, conforme minuta anexa, com linguagem clara sem rasuras ou entrelinhas e contendo:

- a) Nome e endereço do licitante
- b) Numero do CNPJ ou CPF,
- c) Orçamento Completo e detalhado contendo os preços totais, em algarismo e por extenso, de todos os serviços,
- d) Incluir todos os impostos, taxas, seguros e outros encargos incidentes,
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da mesma,
- f) Data e assinatura do representante do licitante,
- g) Prova de conclusão dos serviços.

5.2 – A proposta deve ser apresentada em envelope distinto, opaco e fechado, contendo as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02
Fundo Municipal de Asssitência Social de Aliança do Tocantins
NOME DA LICITANTE E Nº. CNPJ ou CPF
“ENVELOPE 02 – PROPOSTA COMERCIAL”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001-2015/CV01
CARTA CONVITE nº. 001/ 2015
Abertura 09 de Janeiro de 2015 às 14h00min

P. M. ALIANÇA - TO
Fs. N.º 11



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

5.2.1 – O preço básico destes serviços deverá se referir ao mês da apresentação das propostas e deverá incluir todos os custos e encargos necessários à completa execução dos serviços.

5.2.2 – Os valores deverão ser expressos em real, e divididos mensalmente, de acordo com a realização dos serviços. A apresentação de preços extorsivos ou inexequíveis, que puder resultar em prejuízo à Administração, será desclassificada.

5.2.3 – A Proposta de Preço deverá vir dotada de preço mensalmente de acordo com a realização dos serviços e sua totalização expressa em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, fixo e irrevogável pelo período de cinco meses, salvo quando da solicitação de acréscimo de serviços legalmente formalizados e nos limites do disposto no Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, vigente na data da apresentação da proposta, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária.

5.2.4 – Os serviços serão executados pelo regime de empreitada por preço global em moeda corrente do país de acordo com as especificações e demais documentos fornecidos.

5.2.5 - A Administração goza das prerrogativas constantes do Artigo 58 e seus incisos, podendo fazer uso das mesmas conforme determina a Lei 8.666/93.

5.2.6 – Preço máximo dos itens deste Edital não poderá ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

VI - ABERTURA DOS ENVELOPES



6.1 No local, dia e hora indicados no Preâmbulo deste edital, na presença dos proponentes que comparecerem à Sessão Pública, a CPL procederá à abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preço.

6.2 Serão abertos os envelopes contendo a Proposta de Preço, exclusivamente dos licitantes que forem habilitados na fase de apresentação da documentação, efetivando-se sua avaliação e classificação, nos termos do tipo desta Licitação (Menor Preço).

6.2.1 O envelope contendo a Proposta de Preço do licitante considerado inabilitado na fase da documentação será arquivado no processo, sem a necessária abertura.

6.3 O conteúdo dos envelopes abertos poderá ser examinado por todos os proponentes presentes, que os rubricarão, juntamente com os membros da Comissão.



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

6.4 Em seguida, a CPL facultará a palavra aos licitantes, para eventual observação/ impugnação. Havendo qualquer observação/impugnação, a palavra será oferecida ao(s) representante(s) cuja(s) documentação tenha(m) sido objeto de ressalva(s)/registro(s).

6.5 Eventual questão arguida e qualquer dúvida que possa surgir durante a sessão serão decididas/resolvidas pela CPL, na presença dos representantes credenciados, ou deixadas para ulterior deliberação, devendo a circunstância ser registrada em ata.

6.6 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, a qual deverá ser assinada pela Comissão e pelos licitantes que estiverem presentes.

VII – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 Compete à CPL processar, julgar e classificar as propostas.

7.2 No julgamento das propostas levar-se-ão em consideração o atendimento às especificações do Convite e a conformidade do preço proposto com aquele de mercado.

7.3 À CPL ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, exceto quando se tratar do disposto no Art. 43 da LC nº 123/2007.

7.4 A diligência a que se refere o subitem anterior pode até mesmo implicar na explanação verbal e visual da forma de funcionamento e relacionamento da licitante com o Fundo Municipal de Assistência Social, para execução do Objeto, o qual terá sua qualidade e forma verificada.

7.5 – No caso de empate, ou seja, absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas, a presente licitação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão expressamente convocados.

VIII – DAS PENALIDADES

8.1 – O não cumprimento das obrigações e demais condições estabelecidas neste Convite sujeitará o licitante contratado às seguintes penalidades.

P. M. ALIANÇA - TO
Fls. N.º 13



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

- a) suspensão do direito de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins -TO, pelo prazo que for fixado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social da CONTRATANTE mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

8.2 – A CONTRATADA fica sujeita a multas de até 10 % (dez por cento) do valor da fatura, quando os serviços não tiverem o andamento regular motivado por culpa exclusiva da CONTRATADA. Entretanto, as multas poderão ser restituídas à mesma, caso haja restabelecimentos dos motivos que as originaram.

8.2.1 – A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

8.3 – As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou do processo administrativo.

8.4 – A CONTRATADA será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Dentro deste prazo, a CONTRATADA poderá, se o desejar, recorrer ao representante da CONTRATANTE a respeito da multa que lhe foi aplicada. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido de fatura referente aos serviços executados.

IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes deste Convite correrão à conta da dotação orçamentária: 08.244.0004.2037 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.90.39.00.- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídico, com recursos do Tesouro do Município de Aliança do Tocantins - TO.

X – DOS PAGAMENTOS

10.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, considerando os preços constantes da proposta, todos aprovados pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins, até 30 (trinta) dias após o período de execução dos serviços, transcorrido este prazo se





ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

não houver a quitação da fatura, esta será corrigida pela Taxa Referencial (TR), instituída pela Lei nº 8.177, de 01 de março de 1991 ou outro índice que venha substituí-la, “*Pro Rata Tempore*” a partir do dia do vencimento, até o dia do efetivo pagamento.

10.2 - O cumprimento do objeto do Convite entregue será examinado/conferido, para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas e verificadas a qualidades dos serviços.

XI – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 – O Período de execução total dos serviços objetos desta licitação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, assinado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 ou rescindido antes do prazo, desde que não observadas as normas deste contrato e as exigências legais relacionadas, não gerando nenhum ônus para a CONTRATANTE.

11.2 - A Administração goza das prerrogativas constantes do Artigo 58 e seus incisos, podendo fazer uso das mesmas conforme determina a Lei 8.666/93.

XII – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 – Homologada a licitação, a GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS-TO convocará no prazo de 05 (cinco) dias o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do Contrato.

12.2 – No caso da empresa adjudicatária não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS-TO poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.3 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, sempre precedido da indispensável justificativa técnica.

12.4 – Fica assegurado ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS-TO o direito de revogar a presente licitação, no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:





ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALIANÇA DO TOCANTINS
ADM:2013/2016

12.4.1 – adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento aos interessados através de fax, E-MAIL, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.

12.4.2 – alterar as condições deste Convite, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas.

12.5 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Permanente Licitação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02.

22.6 - Maiores informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Assistência Social de Aliança do Tocantins, situada à Rua Sabino da Silveira s/nº centro, Aliança do Tocantins - TO, ou pelo telefone (63) 3377-1592.

Aliança do Tocantins - TO, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2015.



Roberval Paulo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

